



Ufam está proibida de usar animais em pesquisas e aulas práticas

A determinação feita pelo Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (Concea), no segundo semestre de 2013, foi motivada pelo não credenciamento da Universidade junto ao órgão. Segundo docentes, a falta de infraestrutura no Biotério Central sempre prejudicou o desenvolvimento de pesquisas. **Página 6 e 7**

AUDIÊNCIA

Após debate na Aleam, reitoria da Ufam promete apurar casos de assédio moral na instituição

Durante o evento, que teve duração de quatro horas, o vice-reitor da Universidade, professor Hedinaldo Lima, reconheceu a existência de casos de assédio moral na instituição de ensino superior e prometeu solução. **Página 3**

ENTREVISTA

Sociólogo diz ser importante educar educadores

Página 9



ATUALIZAÇÃO

59º Conad reforça agenda de lutas do ANDES-SN

Página 5

CENSO 2013

Salas de aula do Ensino Superior estão mais lotadas

Página 4



Por mais que se queira evitar, a precarização das condições de trabalho é tema recorrente quando o assunto é universidade pública brasileira. O último Censo da Educação Superior, divulgado em setembro, indica que a relação aluno x professor aumentou quase 30% em dez anos. A tão propalada expansão do ensino superior público no Brasil é feita mediante a precarização das condições de trabalho, a perda da qualidade de ensino e a pesquisa praticamente extinta, ou, quando muito, em existência residual. E quando o foco é a UFAM, a situação não é diferente. Além das salas de aula cada vez mais superlotadas, a falta de condições de trabalho é gritante, como no caso do Biotério Central, destaque desta edição. Proibido de realizar pesquisas com animais vertebrados desde o segundo semestre de 2013, o Bio-

tério encontra-se em estado precário, funcionando apenas as atividades administrativas. Destacamos ainda a realização da Audiência Pública “Assédio Moral no Serviço Público” na ALEAM, a partir de iniciativa da Comissão de Combate ao Assédio Moral na UFAM (CCAM) – constituída por docentes e técnicos administrativos da instituição. Cabe assinalar que a CCAM não é uma “comissão da ADUA”, mas apoiada pelo nosso sindicato, assim como são apoiados todos os servidores na defesa de seus interesses e direitos violados. Ainda em relação à Audiência Pública, é de se lamentar que a sua repercussão no interior da nossa instituição, e daí extrapolando para a comunidade externa, tenha se reduzido ao repúdio a uma fala de pouco mais de um minuto, desviando o foco das cerca de quatro horas de depoimentos de servidores

e debates proferidos pelos diferentes atores públicos que fizeram uso da palavra na audiência. Frente ao cenário nacional negativo nas universidades públicas, o último CONAD, em Aracaju, reafirmou a pauta de reivindicações do nosso sindicato, centrada na defesa da qualidade do trabalho docente e do ensino. Por fim, a dupla satisfação política e jurídica: o Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou novamente, em setembro, o ANDES-SN como o único representante legal dos docentes das instituições de ensino superior públicas, excluindo qualquer outra representação sindical chapa branca. Uma boa leitura para todos no retorno das atividades neste 2º semestre de 2014 e que contribua para revigorar a perseverança na luta em defesa das condições de trabalho e da qualidade do ensino superior público.

Notas

Legítimo representante

Em decisão tomada em meados de setembro, o Supremo Tribunal Federal confirmou que o ANDES-SN é o representante legal dos docentes das instituições de ensino superior públicas. O posicionamento da mais alta corte do país coloca fim ao questionamento apresentado pelo Proifes, em relação à validade do ato do então Ministro do Trabalho e Emprego Carlos Lupi, que restabeleceu em 2009 o registro sindical do Sindicato Nacional. O trânsito em julgado no STF do Mandato de Segurança (MS 14.690) amarra o braço sindical do governo que buscou na via jurídica, sem demanda legítima da base e sem sustentação legal, questionar o ANDES-SN.

Conquista

Vítima de assédio moral no ambiente acadêmico por dez anos, um professor da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) conquistou na Justiça, em setembro deste ano, o direito de receber R\$ 50 mil por danos morais e todos os valores que deveria ter ganho nas progressões de carreira ao longo dos anos como pagamento pelos danos materiais sofridos. A ação foi movida pelo docente em junho de 2011 e confirmada pela decisão da 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4). Entre as situações impostas ao professor estava o impedimento de orientar estudantes de mestrado e doutorado, afastamento das pesquisas que realizava e expulsão da sala que usava. Na sentença, a desembargadora Marga Inge Barth Tessler afirmou que uma parcela dos danos alegada pelo professor ficou comprovada. “Ao contrário do que alega a defesa, os fatos são situações que não podem acontecer no dia a dia das instituições e das relações profissionais. Não houve ob-

servância dos princípios que devem nortear o administrador público, notadamente da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência”, afirma o documento.

Fábrica de Diplomas

Em aula magna sobre o tema “Contra a Universidade Operacional”, proferida no início do mês de agosto, para um auditório lotado na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU-USP), a professora Marilena Chauí criticou duramente a submissão da universidade brasileira à ideologia neoliberal da sociedade de mercado, que transforma direitos sociais, inclusive a educação, em serviço. Para ela, a USP, como suas congêneres, se transformou em uma “fábrica de produzir diplomas, teses”, tendo como parâmetros os critérios da produtividade: quantidade, tempo, custo. Tudo isso, para entrar em um currículo, que, para ela, “é um crime”. A professora se recusa a avaliar alguém pelo Lattes. O motivo? “Porque ele não quer dizer nada”. As frases

fortes mereceram aplausos entusiasmados.

Em baixa

Divulgados no início de setembro pelo Ministério da Educação (MEC), os dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) revelaram um fraco desempenho na avaliação do ensino médio na análise por estados. Para a etapa do ensino, a meta do Ideb não foi atingida apenas em quatro unidades da federação: Amazonas, Pernambuco, Rio de Janeiro e Goiás. De 2011 a 2013 o desempenho caiu em 13 estados. Considerando apenas o desempenho das redes estaduais, apenas seis estados atingiram a meta esperada do Ideb. Na rede particular, o resultado foi ainda pior: apenas Roraima atingiu a meta prevista para 2013. O Ideb foi criado em 2007 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) para medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino no país.

charge



O jornal da ADUA é uma publicação da Associação dos Docentes da UFAM - Seção Sindical do ANDES-SN.

Diretoria: José Alcimar de Oliveira (Presidente), Lino João de Oliveira Neves (Vice-presidente), Ana Lúcia Gomes (1ª secretária), Antônio Batista da Silva (2º secretário) e José Humberto Michiles (1º tesoureiro) e Ana Cristina Belarmino (2ª tesoureira).

Coordenador de Comunicação: Anderson Vasconcelos (SRTE-AM 459)

Jornalista Responsável: Annyelle Bezerra (SRTE-AM 491)

Reportagem: Anderson Vasconcelos (SRTE-AM 459), Annyelle Bezerra (SRTE-AM 491) e ANDES-SN

Projeto Gráfico e Arte: Herivaldo da Matta (Kuca)

Fotografias: Anderson Vasconcelos e Annyelle Bezerra

Impressão: Gráfica Silva. 2000 exemplares.

Fone/Fax: (92) 3088-7009/ 3305-4103

e-mail: aduass@uol.com.br; imprensa.adua@gmail.com

Endereço: Avenida General Rodrigo Otávio Jordão, 3000, Campus Universitário, Setor Sul, Coroado, CEP: 69080-005 - Manaus-Amazonas. Site: www.adua.org.br

■ Assédio Moral

CCAM na Ufam completa um ano e aguarda solução de casos relatados

Foto: Annyelle Bezerra

Um mês após a realização da Audiência Pública “Assédio Moral no Serviço Público: desca- so na apuração e saúde mental do servidor”, no plenário da Assembleia Legislativa do Estado (Aleam), trabalhadores que integram a Comissão de Combate ao Assédio Moral na Universidade Federal do Amazonas (Ufam) – iniciativa de docentes e técnico-administrativos que afirmam terem sido assediados durante o desempenho de suas funções – mantêm firme a expectativa de que os casos relatados sejam apurados.

Apesar de a CCAM ter completado um ano no dia 11 de setembro, os casos só passaram a ser de conhecimento público recentemente. No dia 28 de agosto, professores da Ufam e das redes estadual e municipal de ensino usaram a tribuna do parlamento estadual para relatar situações de constrangimentos e humilhações sofridas durante a realização de suas atividades laborais. O evento durou cerca de quatro horas e teve o intuito de alertar a sociedade para a existência do assédio moral, além de chamar atenção das autoridades para a apuração e solução dos casos seja na Ufam – situação que motivou a realização da audiência –, seja em outras instituições públicas.

Durante a audiência, representantes da Defensoria Pública da União (DPU), da Procuradoria Regional do Trabalho no Amazonas, do Ministério Público Federal no Amazonas (MPF/AM), do Conselho Regional de Medicina do Amazonas (CRM-AM) e de outros órgãos reafirmaram apoio aos servidores públicos, garantindo reparação às possíveis violações cometidas, auxílio na recuperação da saúde dos trabalhadores e ainda retorno a um ambiente de trabalho sadio.

Um dos momentos mais marcantes da Audiência Pública foi o relato feito pela professora Dra. Izabel Heckmann, integrante da CCAM na Ufam. “Não estamos felizes em ter que nos pronunciar, pois muitos de nós estamos adoecidos e desgastados”, disse a docente, relatan-

do que, por não suportar mais humilhações, pensou em acabar com a própria vida. Ao fazer a leitura de uma carta na qual constava parte dos problemas enfrentados pelos integrantes da Comissão, Izabel não conteve as lágrimas e emocionou a muitos participantes do evento.

Ao encerrar sua fala, Izabel recebeu um abraço da integrante da Rede Nacional de Combate ao Assédio Moral e servidora da USP, Regina Célia Leal, convidada para a audiência em virtude da sua expertise no combate ao problema. Regina, que sofreu assédio moral por vários anos, praticado por um superior, ganhou recentemente causa contra seu agressor. “Nós não podemos naturalizar o que não é natural!”, disse Regina. Para ela, o assédio moral “retira a autonomia do trabalhador, o priva de acesso aos instrumentos de trabalho, induz a vítima a erros e causa danos a todo o ambiente laboral”.

Fiscalização e Combate

Representando a DPU, o defensor público federal Danilo Moreira Nascimento afirmou que o combate ao assédio moral deve ser incisivo. “Não se pode permitir que se desvie o foco do serviço público causando sofrimento ao trabalhador, seja por formas tradicionais ou pelo assédio moral processual, que é a conduta do agente público que se desvia do seu dever e não os cumpre por preferências pessoais, posições ideológicas ou mesmo perseguição”, afirmou.

Moreira fez questão de destacar a missão da DPU, órgão vocacionado à defesa dos direitos previstos na Constituição Federal, no trato desse tema que ele considera importante e ainda desconhecido. “Vamos tomar todas as providências cabíveis para correção e salvaguarda dos direitos humanos e fundamentais”, disse, ressaltando apoio aos docentes e ainda à universidade “na formulação de uma política de gestão que proporcione o combate às violações de direitos alegados pelos professores”, completou.

A procuradora-chefe subs-



Professores da Ufam e das redes estadual e municipal de ensino denunciaram situações de constrangimentos e humilhações sofridas durante a realização de suas atividades laborais

“Não se pode permitir que se desvie o foco do serviço público causando sofrimento ao trabalhador, seja por formas tradicionais ou pelo assédio moral processual, que é a conduta do agente público que se desvia do seu dever e não os cumpre por preferências pessoais, posições ideológicas ou mesmo perseguição”

Defensor Público Federal Danilo Moreira

tituta da Procuradoria Regional do Trabalho no Amazonas, Fabíola Bessa Lima, pondera que o assédio moral não afeta somente a dignidade do trabalhador envolvido diretamente no caso, mas o ambiente de trabalho como um todo. “Todos serão prejudicados. Por isso, não se trata somente de resolver o que está acontecendo agora, mas de efetivamente prevenir condutas futuras nesse sentido, buscar soluções de forma mais adequada”, afirmou Fabíola, que atua na Coordenadoria de Igualdade nas Relações de Trabalho do MPT, onde são desenvolvidas ações de combate por meio do projeto nacional “Assédio é Imoral”.

Na avaliação da procuradora da República Bruna Menezes Gomes, representando o MPF/AM no evento, os relatos apresentados são de extrema gravidade e expõem o descompromisso com o futuro da nação. “Estamos falando não somente de possíveis irregularidades no

âmbito da administração pública, mas de desrespeito a direitos fundamentais de uma classe de servidores que trabalha no âmbito acadêmico e que está engajada no futuro da nação, pois lida diretamente na formação de profissionais”, afirmou.

Os três órgãos citados já estão com procedimento em curso para investigação das denúncias.

Para o representante do CRM-AM, Ricardo Antônio Turkenko Beça, uma das maneiras de combater o problema é discutir amplamente o assunto. “O caminho para se acabar com isso é fazer com que a informação sobre o assédio moral chegue a todos com clareza, para fazer com que as pessoas que possivelmente adotariam tal conduta se sintam ameaçadas”, disse.

Beça ressalta que não é um diagnóstico fácil. “Vem tudo ao mesmo tempo: ansiedade, estresse e depressão. É uma gama de sintomas nem sempre

fácies de identificar. Por isso, as informações precisam chegar”, avalia. O assédio moral, para o médico, gera prejuízos para toda a sociedade. “Há impactos na família, na rede de amigos, na comunidade em que se vive. E quem paga essa conta somos todos nós”, completou.

Promessa de solução

Durante a audiência pública, o vice-reitor da Ufam, professor Hedinaldo Lima, reconheceu a existência de casos de assédio moral na instituição de ensino superior e prometeu solução. “A universidade tem todo o interesse em caminhar para solução desses problemas, muitos dos quais foram tratados aqui e outros que não foram relatados”, afirmou. “Nós todos somos seres humanos, e, portanto, todas essas situações nos afetam profundamente”, continuou Lima.

Hedinaldo destacou que a administração superior da Ufam não tem intenção de esconder qualquer problema. “A universidade tem feito um conjunto de ações para tentar dar soluções a muitos problemas que nós temos”, disse. Ele citou a criação da Comissão de Ética em 2010, a implantação da Ouvidoria Geral em 2011 e a criação da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar (CPPAD) em 2012 como mecanismos de auxílio ao combate ao assédio moral.

■ Censo do Ensino Superior 2013

Número de estudantes por professor aumenta 27% em uma década

Foto: Nilson Barreiros

Em 2013, o número de funções docentes em exercício na educação superior brasileira aumentou 1,25% em comparação a 2012, passando de 362.732 para 367.282 mil professores, a menor taxa de crescimento em dez anos. Enquanto isso, a quantidade de matrículas efetuadas em cursos de graduação cresceu 3,8% de 2012 para 2013, superando a marca de 7,3 milhões de estudantes no país. Os dados são do Censo da Educação Superior 2013, divulgado no dia 9 de setembro pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Esse é o quarto ano consecutivo em que a taxa de crescimento no quadro de docentes é menor que o aumento percentual no número de estudantes. Por conta disso, a quantidade de alunos por professores vem aumentando. Em uma década, a ampliação foi de 27%. Em 2003, a relação era 15,7 estudantes por docente. Dez anos mais tarde, a proporção passou a 20 alunos para cada professor, a maior nesse período.

Para o 2º secretário do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN), Jacob Paiva, a ampliação do corpo docente abaixo da taxa de crescimento de matrículas é resultado de uma política que ele considera “irresponsável e eleitoreira”. “O fato de aumentar número de vagas e criar novos cursos não significa efetivamente garantia de formação

de qualidade e nem representa desenvolvimento social e econômico”, disse.

Na avaliação de Paiva, o crescimento no acesso ao ensino superior não pode ser desconectado do aumento no quadro de servidores tampouco de condições adequadas para o ensino, a pesquisa e a extensão – tripé da universidade. “Não adianta aumentar número de vagas, sem melhorar as bibliotecas, os restaurantes, aumentar quantidade de salas de aulas, equipar os laboratórios. Ou seja, garantir somente o acesso é um equívoco”, criticou.

O presidente da Adua, professor Alcimar Oliveira, chama atenção para os dados apresentados pelo governo. “É sempre necessário dar objetividade crítica à realidade ocultada pelas estatísticas, sobretudo as oficiais. A educação brasileira, do nível fundamental ao superior, sempre tem colocado o país no topo dos índices mais atrasados nos diversos organismos de avaliação. Beira ao desastre, mas o desastre maior é a não percepção política desse desastre”, afirmou.

Para Oliveira, comemorar a elevação do número de matrículas no ensino superior sem considerar que mais de 73% dessas matrículas ocorrem no ensino privado não é medida de quem se preocupa com a educação no país. “Além disso, não podemos omitir que mesmo no ensino superior somos cotidianamente submetidos a condições precarizadas de trabalho e a salários aviltantes. Não me parece uma



A cada ano as salas de aulas nas universidades estão mais lotadas

“Tive que dividir a turma em dois grupos, senão seria impossível trabalhar”

Nilson Barreiros, professor do curso de Engenharia de Produção da Ufam

medida honesta de objetivar o drama que, de fato, é, e pior, parece seguir sendo, a educação no Brasil”.

Realidade

Na prática, muitos docentes acabam ministrando aulas para um contingente bem maior de estudantes. Caso do professor federal Nilson Barreiros, que, no 2º semestre de 2013, teve que ministrar a disciplina “Metrolo-

gia e Instrumentação” para uma turma de 78 alunos, no curso de Engenharia de Produção da Universidade Federal do Amazonas (Ufam). “Tive que dividir a turma em dois grupos, senão seria impossível trabalhar”, disse. O docente já se prepara para atender a quatro turmas, com uma média de 35 a 40 alunos, no 2º semestre de 2014.

De acordo com Barreiros, que também é vice-diretor da Faculdade de Tecnologia da Ufam – unidade acadêmica que concentra dez cursos de graduação – a situação é mais alarmante nas disciplinas básicas da área de exatas, cuja demanda tem aumentado nos últimos anos em virtude da priorização dessa área por parte do governo. “As turmas de cálculo e matemática costumam ter uma média de 70 a 80 alunos. Como não há professor suficiente, a qualidade do ensino fica comprometida”, sinalizou.

Brasil gasta por aluno 1/3 do valor de países desenvolvidos

Um relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento (OCDE) divulgado no mesmo dia do Censo da Educação Superior 2013 mostra que o governo brasileiro gastou em educação 19% do total do seu gasto público em 2011, ano em que os dados foram compilados para este estudo, ficando acima da média dos países desenvolvidos (13%) e atingindo 6,1% do Produto Interno Bruto (PIB). No entanto, o valor gasto com dinheiro público por aluno foi de US\$ 2.985, o que representa um terço da média dos 34 países integrantes OCDE, que é de US\$ 8.952. É o 2º valor mais baixo entre todos os países da organização.

Segundo o relatório, o Brasil só tem um gasto por aluno maior do que a Indonésia, e fica abaixo de países como Turquia, México, Hungria, Eslováquia, Chile, Israel, Portugal e Coreia do Sul, entre os que também estão abaixo da média da OCDE. O país com maior investimento por aluno é os Estados Unidos, acima de US\$ 15 mil, seguido por Áustria, Holanda, e Bélgica.

A OCDE é uma organização composta por países que procura fornecer uma plataforma para comparar políticas econômicas, solucionar problemas comuns e coordenar políticas domésticas e internacionais. Além dos 34 países membros, o relatório considera dados de outros dez países parceiros, entre eles o Brasil.

■ Debate

Comissão da Verdade do ANDES-SN prepara Seminário Nacional

O ANDES-Sindicato Nacional, seguindo a sua vocação em defesa dos direitos dos professores e da sociedade, e ainda sua luta pela verdade sobre o período de ditadura empresarial-militar e pela revisão da Lei da Anistia, prepara Seminário Nacional que traz como tema “Professores, educação e juventude, tendo como referências: marco da memória a partir do coti-

diano – luta pela revogação da Lei da Anistia”, previsto para ocorrer de 5 a 7 de dezembro deste ano.

O evento, organizado pela Comissão da Verdade do ANDES-SN e o Grupo de Trabalho de História do Movimento Docente (GTHMD), será precedido de três encontros preparatórios regionais, como parte das ações conjuntas que permitem demonstrar a realidade da

ditadura empresarial-militar brasileira, além de estabelecer ações políticas para a responsabilização dos autores de tortura e de crimes de lesa-humanidade.

O primeiro preparatório está programado para ocorrer na região Norte, nos dias 23 e 24 de outubro, em Belém, e traz como subtema “A Ditadura Empresarial Militar e o Projeto Estratégico na

Amazônia para a Dominação do Brasil”. O evento ocorrerá na Universidade Federal do Pará (UFPA) e terá ainda participantes do Amazonas, Acre, Amapá, Roraima, Rondônia e Mato Grosso.

Professores do eixo Sul-Sudeste vão discutir o subtema “A Ditadura Empresarial-Militar e a repressão ao Movimento Sindical e aos Movimentos Populares de

Contestação ao Regime”, enquanto que os do Nordeste têm como subtema “A Ditadura Empresarial-Militar, as Oligarquias e a repressão aos movimentos rurais”. As datas desses dois encontros serão definidas ainda em setembro.

Os encontros estão abertos à participação de todos os interessados, independentemente de sua região geográfica.

■ 59° Conad

Docentes atualizam Plano de Lutas do ANDES-SN

Foto: Divulgação ANDES-SN

Professores universitários de todo o país concentraram esforços na atualização do Plano de Lutas do ANDES-SN para 2014, durante a realização do 59° Conad, de 21 a 24 de agosto, na capital sergipana. O evento, que teve como tema central “Luta em Defesa da Educação, Autonomia da Universidade, 10% do PIB exclusivamente para a educação pública”, contou com a participação de 202 docentes – sendo 46 delegados, 117 observadores e seis convidados –, representando 58 Seções Sindicais. Nesses quatro dias, eles também fizeram análise de conjuntura nacional e internacional, além de balanço das atividades do Sindicato Nacional.

A síntese do evento está contida na Carta de Aracaju (confira trechos no destaque ao lado), divulgada no início do mês de setembro, na página do ANDES-SN e das seções sindicais. Lido durante a Plenária de Encerramento pela secretária-geral do ANDES-SN, Claudia March, o documento contempla um resumo dos temas e deliberações feitas ao longo do encontro e traz ainda um registro sobre a posse da nova diretoria, que assume o Sindicato Nacional com o desafio de “dar continuidade ao processo de construção coletiva e democrática que se expressa nas definições políticas e nas ações de luta”.

Para o presidente do ANDES-SN, Paulo Rizzo, o debate democrático proporcionado pelo 59° Conad mostra a importância do espaço para o fortalecimento da categoria. “Creio que o que se debateu aqui e que se resolveu nesse evento foram questões extremamente positivas. Por parte da Diretoria, nós vamos fazer todo o empenho e todo o esforço para conseguirmos dar conta dessa agenda, mas ela só vai ter êxito se estiver organizada e impulsionada na base do sindicato. E, portanto, com a participação de todos”, afirmou, durante a Plenária de Encerramento do evento.

Programação

Com intuito de enraizar a ação em defesa da educação pública, conforme as proposições aprovadas no 59° Conad, os delegados presentes no en-

contro avaliaram e atualizaram os planos de lutas específicos dos setores das Instituições Federais (Ifes), Estaduais e Municipais (lees/Imes) e das Particulares (Ipes) deliberando por uma série de atividades para intensificar a atuação do Sindicato Nacional.

Para o Setor das lees/Imes, os professores reafirmaram o plano de lutas aprovado no 33° Congresso do ANDES-SN, realizado em fevereiro em São Luís (MA) e aprovaram a planilha de custos proposta para a realização do XII Encontro Nacional das lees/Imes, nos dias 26, 27 e 28 de setembro, em Brasília.

Já para o plano de lutas do Setor das Ifes, agenda geral dos Servidores Públicos Federais (SPF) prevê, entre outras ações, intensificar a ação na Cnesf para fortalecê-la, dar continuidade à campanha unificada 2014 dos SPF e desencadear os debates e articulações política para preparar a Campanha Conjunta dos SPF em 2015.

Em relação específica ao setor, o Conad aprovou intensificar a luta em torno da pauta da Campanha de 2014, focando na reestruturação da carreira docente, valorização salarial dos e ativos e aposentados, condições de trabalho e garantia de autonomia das Ife, de forma articulada entre a pauta nacional e as pautas locais. Os delegados deliberaram ainda por uma agenda de ações temáticas para o segundo semestre de 2014, focando na defesa dos direitos na aposentadoria, desenvolvimento na carreira, estatuinte e democracia nas Instituições.

Em relação ao Setor das Ipes, os docentes avaliaram a necessidade de fortalecer e expandir a atuação neste setor e aprovaram a planilha para a realização do Encontro Nacional do Setor, em São Paulo, nos dias 18 e 19 de outubro.

Na avaliação do 1° secretário do ANDES-SN, as deliberações para o Setor das Ifes garantem, até o próximo Congresso do Sindicato Nacional, um processo de mobilização que “coloca a categoria em alerta para discutir novamente questões de fundamental importância, como a carreira, a questão dos salários, a autonomia e o processo de democracia nas universidades”, pontuou, ressaltando que tais ações permite



Evento realizado em Aracaju contou com a participação de professores de todas as regiões do país

CARTA DE ARACAJU

- A análise da conjuntura realizada no 59° CONAD destacou o aprofundamento da crise mundial, cuja resposta do capital tem se dado a partir da intensificação das medidas de austeridade, que implicam o acirramento dos ataques aos direitos dos trabalhadores. No Brasil, a ascensão dos movimentos grevistas e as jornadas de junho, em 2013, resultam da insatisfação frente aos impactos do aprofundamento da crise, abrindo uma nova conjuntura marcada pelas lutas populares que tem como resposta dos setores dominantes a criminalização dos movimentos sociais.

- A defesa do “PNE da sociedade e brasileira” como orientador da luta pela educação que defendemos, denunciando a tentativa de ressignificação do conceito de educação pública por meio do PNE oficial aprovado e a utilização da verba pública para fins privados foi aprovada, assim como o acompanhamento e análise de medidas governamentais que representem um ataque à educação pública, de qualidade e socialmente referenciada.

- A implementação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares em algumas universidades, expressão contundente da privatização, da mercantilização e do ataque à autonomia universitária, já evidencia resultados negativos para os técnico-administrativos, docentes, estudantes e usuários

do Sistema Único de Saúde. O 59° CONAD aprovou a elaboração e divulgação das experiências e seus impactos como forma de subsidiar o enfrentamento aos processos de contratualização nas universidades que não aderiram.

- A precarização e intensificação do trabalho docente, o assédio moral e a perda de direitos no interior das instituições particulares de ensino superior motivou a deliberação pela realização de um Encontro Nacional do Setor das IPES no segundo semestre de 2014 como forma de aprofundar o conhecimento sobre a situação de funcionamento das IPES, assim como, de ações no sentido da articulação com os movimentos sociais e outras entidades da área educacional para o enfrentamento das políticas adotadas nessas instituições e a cobrança do governo federal de ações no sentido de que as IPES funcionem de acordo com os dispositivos constitucionais.

- A manutenção e o aprofundamento dos princípios da democracia no Sindicato Nacional foram a marca do debate e da aprovação de mudanças na metodologia do Congresso do ANDES-SN. O fortalecimento do Sindicato Nacional esteve expresso na homologação de duas novas seções sindicais aprovadas no 59° CONAD, como também nos debates realizados em que se reafirmaram os princípios que orientam a atuação autônoma e democrática do ANDES Sindicato Nacional.

59° Conad em Números

Delegados: 46
Observadores: 117
Convidados: 6
Seções Sindicais: 58
Participantes: 202
docentes

que Sindicato continue presente no cotidiano da vida dos professores federais.

“Nas Estaduais, apesar da diversidade que as instituições vivenciam com cada governo do estado, o que foi aprovado uma costura para que este Setor continue fazendo uma ação

coordenada pelo ANDES-SN, tendo a referência no Sindicato Nacional, para aprofundar o debate sobre carreira, financiamento, democracia e autonomia. Por tanto, acho que estamos todos de parabéns porque conseguimos aprovações que fazem o Movimento entrar em movimento”, concluiu. Paiva.

O 1° secretário do ANDES-SN, Jacob Paiva, que presidiu a plenária, destacou a importância da mesa, que, para ele, trata da existência orgânica do Sindicato Nacional. “Os textos de resolução que a diretoria trouxe para serem aprovados armam a categoria para continuar a intensificação da luta pela preservação dos nossos direitos, na ampliação das conquistas seja no campo salarial seja nas con-

dições de trabalho para os três setores, evidentemente com muita dificuldade nas Particulares, por conta das dificuldades jurídicas e políticas que esse setor enfrenta”, avaliou.

Segundo Paiva, as deliberações para o Setor das Ifes garante, até o próximo Congresso do Sindicato Nacional, um processo de mobilização que “coloca a categoria em mobilização para discutir novamente questões de fundamental importância, como a carreira, a questão dos salários, a autonomia e o processo de democracia nas universidades”, pontuou, ressaltando que tais ações permite que Sindicato continue presente no cotidiano da vida dos professores federais.

■ DESCUMPRIMENTO

Ufam usou ilegalmente animais em pesquisas por um ano

Proibida pelo Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (Concea) de manter e utilizar animais vertebrados em aulas práticas e projetos de pesquisa desde o segundo semestre de 2013, a Universidade Federal do Amazonas (Ufam) desenvolveu de maneira ilegal estudos com experimentação animal, por pelo menos um ano, segundo a direção do Biotério Central da universidade. De acordo com a diretora do órgão suplementar, subordinado à administração superior, professora doutora Geane Lourenço, até agosto deste ano, alguns pesquisadores mantinham-se resistentes à determinação de não utilizar animais vertebrados em pesquisas ou aulas práticas. Outros o faziam por falta de conhecimento. Em caso de descumprimento, o pagamento de multa e a suspensão de financiamentos estão entre as penalidades.

“A instituição está impossibilitada de realizar experimentação animal com qualquer vertebrado e esse foi um dos problemas que enfrentamos, porque a instituição pensava que era apenas com os roedores e alguns pesquisadores continuaram a fazer pesquisas com peixes e com os animais da fazenda, até um mês atrás”, disse Geane.

Regulamentado desde 2008 pela Lei nº 11.794, também conhecida como Lei Arouca, o uso de animais em projetos de pesquisa, a partir da legislação específica, passou a depender do credenciamento das instituições para sua manutenção. O prazo de cinco anos dado aos institutos e universidades de todo o país, entre elas a Ufam, para a realização das adequações preconizadas pela lei expirou em agosto de 2013, sem que a instituição conseguisse se cadastrar e solucionar os problemas estruturais como infiltrações, climatização improvisada e falta de espaço existente em seu Biotério Central.

Responsável por fiscalizar a realização de atividades envolvendo animais dentro da instituição, o Comitê de Ética no Uso de Animais (CEUA), criado de forma emergencial em junho deste ano, através da Portaria nº 1595, enfrenta dificuldades para realizar a fiscalização. Como medida para tentar divulgar o impedimento e frear os pesquisadores que continuavam fazendo testes em animais, cópias da carta de indeferimento do Concea e da intimação que informava a intenção do Conselho de adotar sanções foram enviadas aos diretores de unidades para que fiscalizassem seus pesquisadores.

Impedidos de publicar os resultados das pesquisas, caso divulguem que os experimentos ocorreram dentro da Ufam, alguns pesquisadores, segundo Geane, compram os animais, realizam os experimentos na universidade e depois declaram que o estudo foi desenvolvido em outra instituição na qual também atuam. “Se ele tiver um vínculo, por exemplo, de colaboração com outra institui-



Mofa e remendos no teto são algumas das inconformidades estruturais encontradas nas salas do biotério central



Professora Cinthya mostra caixa improvisada usada nos experimentos com camundongos

ção e ela estiver fornecendo os animais, ele pode dizer que fez o experimento lá, mas fez aqui. E isso dribla a legislação”, informou, acrescentando que isso é inidôneo.

Segundo a diretora do Biotério Central, a desorganização da Ufam foi um dos fatores que contribuiu para a suspensão do uso de animais, afetando diretamente, em média, cem pesquisadores da instituição e os cursos de medicina, biotecnologia, farmácia, enfermagem e odontologia, causando prejuízos às aulas práticas de 300 alunos por semestre.

“A Ufam não se organizou. Somente o diretor do biotério fez o credenciamento e na mesma época foi transferido para outra universidade, deixando o biotério acéfalo. Não tinha ninguém que coordenasse. Uma professora foi posta de forma interina e nesse meio tempo o credenciamento voltou com várias contestações, mas infelizmente, por uma deficiência da universidade, o processo ficou parado na Direx”, afirmou a professora,

“Não posso fazer pesquisa científica amadora para o resto da vida. É preciso conscientizar o pesquisador de que o que ele está fazendo não é pesquisa. É uma enganação”.



haver o desbloqueio do CNPJ da Ufam. No final de setembro, o Concea desbloqueou o CNPJ da Ufam, mas manteve a suspensão do uso de animais em aulas e pesquisas até que uma inspeção seja realizada na universidade.

Após 15 anos como pesquisadora no Instituto Butantan, Geane conta que mesmo “respirando experimentação animal” precisou abrir mão da realização de pesquisas, neste ano, devido a proibição do uso de animais. “Eu parei tudo. Acabei os Pibics de 2013 e não enviei nenhum projeto 2014, porque não tem como”, afirmou.

A docente destaca, porém, que antes mesmo do impedimento do Concea, o Biotério Central da Ufam já não atendia adequadamente as necessidades dos pesquisadores. “Desde que eu cheguei aqui, não consegui realizar o que eu queria por uma incapacidade dos animais em responder ao que eu necessitava. Os resultados que eu tinha serviam para um aluno de iniciação científica, mas não como resultado de pesquisa. E isso me deixou muito preocupada. Não posso fazer pesquisa científica amadora para o resto da vida. É preciso conscientizar o pesquisador de que o que ele está fazendo não é pesquisa. É uma enganação”, desabafou Geane.

Esvaziado desde que o Conselho indeferiu o credenciamento da Ufam e o CEUA, formado por professores da própria universidade, suspendeu todas as atividades com animais vertebrados, o Biotério, ao longo dos últimos 15 anos, teve há disposição, de acordo com a diretora, recursos para a realização de reformas, por duas vezes, mas ambos foram devolvidos por dificuldades em encontrar uma construtora com expertise em construções do tipo.

que há menos de um ano assumiu o desafio de dar qualidade ao Biotério.

A diretora esclarece que apesar da tentativa recente de credenciamento do Biotério junto ao Concea, a instituição depende ainda de que todos os demais locais que mantêm animais como, por exemplo, a fazenda experimental, o macacário, a granja e os biotérios da Faculdade de Farmácia, do curso de Psicologia, e de peixes se credenciem para

Fotos: Anderson Vasconcelos



Integrantes do CEUA, os professores Maria Cristina e Wallice Duncan afirmam que enfrentam dificuldades para fiscalizar o uso de animais em pesquisas

“A instituição não está parada, mas as coisas acontecem de forma muito morosa por falta de conhecimento. Nós estamos trabalhando na planta do novo Biotério, há cinco anos. Era uma conversa de surdo e mudo. Eu dizia o que precisava e eles não sabiam como fazer. Atualmente, com o auxílio de uma empresa com expertise na construção de biotérios pelo país todo, nós conseguimos terminar a planta”, disse.

Sem aulas práticas

À frente da diretoria do Biotério Central durante oito meses em 2013, a professora doutora do Instituto de Ciências Biológicas (ICB) e que também compõe a Comissão de Gestão do Biotério, Cinthya Lamille de Oliveira afirma que o primeiro recurso, disponibilizado para o local, no valor de R\$ 500 mil era suficiente, à época, para tornar o Biotério da Ufam um dos melhores da América Latina. No caso da segunda verba, o valor na ordem de R\$ 700 mil, via Finep, segundo a docente, não é capaz de contemplar a implantação das salas de criação, manutenção e de experimentação existentes na planta do novo biotério, mas a prorrogação de prazo já está na terceira tentativa.

Professora da disciplina de farmacologia em cursos como Medicina, Farmácia, Enfermagem, Odontologia e Biotecnologia, Cinthya afirma que no curso de biotecnologia, que tem mais da metade da carga horária prática, as aulas vêm ocorrendo de maneira prático-teórica, causando uma perda grande de conteúdo aos estudantes.

“Eu mostro a metodologia, simulo os resultados em sala de aula e trabalho em cima disso com os alunos, porque não tenho como mostrar a manipulação do animal num pano ou brinquedo. Só na disciplina de farmacologia são cerca de 500 alunos afetados, por período. São em média nove disciplinas penalizadas, entre elas, a fisiologia”, afirmou a docente, que além desses cursos atende também estudantes de Psicologia, Educação Física e Ciências Biológicas.

Além da perda de conteúdo prático relacionada ao aprendizado da técnica correta de manusear, administrar e inserir corretamente a agulha nos animais durante a graduação, a professora destaca o impacto negativo na relação estudante x pesquisa. Com os alunos migrando na maioria das vezes para o campo da pesquisa, a oferta deficitária dos princípios básicos gera prejuízo ao discente que ingressa no mestrado, por exemplo, segundo Oliveira. “Ele vai ter que passar por um processo que teria que ter

aprendido na graduação. Será necessário um ou dois meses dessa parte inicial prática de manipulação de animal e de administração para ele tentar evoluir”, frisou.

Segundo a professora, a disciplina de farmacologia, por exemplo, dependendo do curso é ministrada aos alunos entre o quarto e o sexto períodos. No curso de Medicina, a grade curricular divide o conteúdo em farmacologia geral e tópicos avançados 1 e 2, este último repassado aos acadêmicos concomitantemente com a Clínica, por estarem avançados no curso. Na Clínica Cirúrgica, de acordo com Cinthya, existem disciplinas que demandam do aluno saber administrar medicamentos e anestésicos.

“Como é que eles vão anestésicar um animal ou um paciente se eles não aprenderam com a gente anteriormente? Eles estão aprendendo lá a suturar em pano, o que é bem diferente da resitência do tecido. É uma limitação que eles estão tendo que superar as vezes no internato com o ser humano mesmo e tendo que aprender na hora”, afirmou a docente.

Professor de Imunologia Médica no ICB e em cursos de pós-graduação, o doutor Antônio Luiz Boechat afirma que para quem desenvolve pesquisas na área, que utiliza em 99,9% dos casos a experimentação com animias, é inviável a suspensão. Orientador de pelo menos dois alunos de mestrado e doutorado que desenvolvem projeto financiado pelo CNPq e que depende do uso de animais em laboratório, Boechat afirma que caso não encontre uma solução precisará contactar o Conselho para justificar a mudança no projeto ou devolver o recurso de R\$ 28 mil.

“Esses alunos estão com o projeto parado desde janeiro deste ano. Nós estamos fazendo outras coisas, esperando que se resolva. Vamos pensar que eu tenho uma aluna que entrou em março no mestrado pegando esse projeto e tem dois anos para terminar. Ela entrou com uma proposta de aprender uma técnica de experimentação animal envolvendo imunologia e reumatologia. Com a proibição do uso de animais a formação dela fica prejudicada nesse aspecto porque ela está fazendo mestrado em imunologia e vai sair sem colocar a mão num bicho”, criticou.

O docente afirma ainda que devido o fechamento do Biotério Central, os alunos da Ufam estão mais atrasados em comparação aos estudantes de grandes universidades brasileiras como a Universidade de São Paulo (USP), por exemplo, que além de possibilitar ao acadêmico treinar o manuseio de animais e a aplicação de medicamentos por

vias específicas, incentiva o teste em diversos modelos experimentais.

De acordo com o docente, apesar dos prejuízos, o Biotério Central antes mesmo da suspensão não funcionava dentro do padrão de um local destinado a experimentação animal. “Não adianta ter um biotério, ter um animal e a qualidade do experimento ser horrível. Que garantia você tem de que aquilo ali realmente é o que você está querendo observar?”, afirmou.

Para a professora doutora Rosany Piccolotto, ex-gestora do Biotério entre os anos 2000 e 2004, a Ufam, apesar de estar crescendo através da construção de novos prédios, nunca teve o órgão suplementar entre suas prioridades.

“O recurso de R\$ 500 mil que recebemos voltou após dois anos de briga para as obras do novo biotério iniciar. Quando começaram a construção do Centro de Ciências do Ambiente (CCA) eu pensava que já era o nosso biotério porque no projeto ele seria naquele local, mas para a minha surpresa já era outra coisa”, afirmou.

Orientadora de projetos de pesquisa na área de fisiologia e com três projetos próprios parados, além dos desenvolvidos por alunos, Piccolotto conta que vem buscando soluções para reverter os prejuízos causados pela proibição. A docente afirma que até mesmo os projetos que puderam ser acelerados e que alcançaram resultados não puderam ser feitos em novos grupos de animais para que a pesquisa tivesse andamento.

“Nesse caso era um projeto de Pibic, mas eu tinha uma aluna que terminou o doutorado agora e que precisou deixar de fazer alguns grupos de animias vivos devido a falta dos ratos. Fizemos alguns grupos com o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) e o trabalho dela ficou prejudicado porque utilizou ratos de lugares diferentes e isso influencia porque o local onde o rato é desenvolvido influencia no metabolismo dele”, explicou.

Procurada para comentar o caso, a Ufam informou através de sua Diretoria Executiva (Direx) que apenas através da abertura de um processo administrativo, “via Protocolo Geral da Reitoria” os questionamentos efetuados pela Adua poderiam ser respondidos. A imposição feita pela diretoria através do despacho datado de 10 de setembro deste ano contraria um preceito básico do jornalismo, mostrar os dois lados da notícia.

Como embasamento para não responder ao pedido de informações, a Direx utilizou a Portaria nº 2.239/2014., cujo conteúdo não encontra-se disponível na página da universidade.



Falta de infraestrutura era latente no biotério

Ex-presidente do Comitê de Ética no Uso de Animais (CEUA), o professor doutor Wallice Duncan, do Instituto de Ciências Biológicas da Ufam, está prestes a elaborar um documento pedindo o cancelamento do trabalho experimental de um aluno de Pibic por não ter infraestrutura adequada para continuar os estudos. Ele afirma que a estrutura do biotério da universidade é “a pior possível para a manutenção de animais” e isso acabou contribuindo para o não credenciamento do espaço. Itens básicos como a oferta de água e ração, segundo o docente, ocorriam de maneira inadequada no biotério pondo em risco os experimentos realizados. Ele pediu dispensa da presidência da CEUA um mês após conceder a entrevista.

“O depósito de ração do biotério estava tomado por fungos, com o telhado gotejando, comprometendo a qualidade da ração. Todo mundo que precisava dos animais, com aquela qualidade da ração, certamente poderia enfrentar interferências nos experimentos”, disse.

Professora doutora do ICB e também membro do CEUA, Maria Cristina dos Santos conta que a última vez que utilizou camundongos do biotério da universidade, mesmo solicitando especificamente fêmeas foi surpreendida com a gravidez de alguns animais no decorrer do estudo, pois machos foram enviados por engano. “Essa situação foi o máximo da falta de ética, pois não se pode trabalhar com um animal nesse estado. Desde então eu deixei de trabalhar com animais daqui”, disse.

Santos afirma ainda que por falta de alimentação correta camundongos chegaram a ser alimentados com ração para cachorro, no biotério da Ufam. “Desde 2008, a reitoria da Ufam tem conhecimento sobre a situação vivenciada pelo biotério e mesmo assim não tomou providências e nem informou aos pesquisadores que a instituição poderia ter o uso de vertebrados suspensa caso o credenciamento não ocorresse”, disse, destacando que a proibição atrapalha a chegada de novos recursos para a universidade.

Professor de Imunologia Médica no ICB, Boechat relata que o biotério, quando em funcionamento, enfrentava problemas de umidade excessiva, apresentava fungos nas paredes e salas de experimentação sem exaustão adequada, tornando insalubres as experimentações.

“A energia aqui não funciona 24h. Houve uma ocasião em que a gente planejou um experimento, e isso as vezes leva 90 dias para ocorrer já que demanda o crescimento dos animais, colocamos os animais nas gaiolas na sexta-feira e na segunda-feira, 100% deles tinham morrido porque a luz foi embora. A ureia não foi liberada e os animais foram asfixiados”, contou o professor, citando mais um episódio de descaso com o Biotério Central.

Local

A verdade, já!

Por José Seráfico

Decorrem, já, 35 anos desde a promulgação da Lei da Anistia. Beneficiando os que, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexos com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares (Art. 1º), a lei resultou de amplo movimento da população. Cansada do autoritarismo, a sociedade parecia ter percebido quanto mal sofrera durante o período iniciado em 1964. Mesmo a parte que antes apoiara o golpe militar sentia-se traída. A promessa de extirpar a corrupção, uma das bandeiras dos golpistas, não fora cumprida.

Alguns dos proclamadores da moralidade que o golpe instauraria acabaram por render-se aos encantos do capital que tudo compra. Até consciências, acobertadas pelo ceno cerrado da hipocrisia. Arranjo destinado a esconder mais que a esclarecer, a Lei orientou-se pelo propósito de misturar as motivações. De tal modo foi urdida, que o confronto bélico, em que as partes envolvidas sabem dos riscos incidentes, confundiu-se com o extermínio de cidadãos postos sob a custódia do Estado. Mas, como o gato mais esperto às vezes deixa o rabo de fora, a cauda do bichano autoritário foi identificada. Fê-lo o Ministério Público Federal, ao propor ação contra os que sequestraram e deram fim aos sequestrados. A falta de um corpo, portanto, acabou servindo à busca da verdade. Enquanto não aparecerem os restos dos eliminados pela ditadura, o crime continua. Trata-se de um crime continuado, que ainda não se esgotou. Vem daí a legitimidade



do funcionamento das comissões da Verdade, instaladas em algumas unidades da Federação e em outras instituições açoçadas pelo chicote do autoritarismo. É certo que muitos dos valentes torturadores não se têm revelado tão indômitos e briosos, diante dos que apuram seus criminosos cometimentos. Faltam-lhes as bases materiais que facilitavam sua torpe atuação. Sem armas e autorização para prestar os serviços de que se fizeram especialistas, em geral calam, como a confessar a contragosto os seus desumanos atos. Ainda assim, as comissões vão dando conta de suas responsabilidades. Por isso, é saudável teste-

munhar a criação, na Universidade Federal do Pará, de uma Comissão com igual objetivo. Das mais afetadas pelo golpe militar, a UFPA não poderia deixar de voltar seus olhos para o passado, sobretudo para que não se repitam os fatos que vitimaram não só a sociedade em geral, mas a comunidade universitária, em particular. Aqui, não foi diferente. Pior, até, os registros indicam que mesmo no ano de 1989 ainda era mantido estreito controle do Departamento de Segurança e Informações do MEC. Assembleias, reuniões, seminários e eleições da ADUA e outras entidades eram frequentados pelos alcaguetes e inscritos no fichário

daquele Departamento. A despeito da Lei de Anistia, e de o País vir se esforçando pelo retorno à plenitude democrática. Ao menos no que toca os aspectos formais desse regime. Se a Universidade Federal do Amazonas, por seu corpo docente, não tem do que se envergonhar, nem vê no golpe militar a redenção do Brasil como nação, impossível desdenhar da criação de sua própria Comissão da Verdade. Só isso resgatará momento fundamental de sua trajetória como instituição pública, formadora, principalmente, de cidadãos. Isso quer dizer, profissionais que, antes de qualquer outro compromisso, põem seu saber a serviço da sociedade. Mesmo sem concordar com a sentença de que "quem paga, manda". Neste caso, importa aproximar-se cada dia mais da realidade de uma época. A reflexão sobre os erros, algumas vezes atrozes, sofridos em comum, poderá criar ambiente hostil a qualquer recidiva autoritária.

José Seráfico é professor aposentado da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), atuando nos quadros da Faculdade de Estudos Sociais.

Nacional

Seu voto não é mercadoria

Rubens da Silva Castro

As eleições estão marcadas para o dia 05 de outubro do ano em curso. Neste dia, o povo deverá comparecer às urnas para eleger seus candidatos aos seguintes cargos: Presidente da República, Governadores, Senadores, Deputados Federais e Estaduais. Alertamos aos eleitores que, antes de decidir em quem votar, busquem informações sobre a vida pregressa de cada um dos candidatos, procurem saber se eles não estão envolvidos em crime de corrupção, se não respondem processo por irregularidades administrativas, seja como parlamentar, seja no exercício de outras atividades.

Prezado leitor, foi lançada uma campanha intitulada "Eleições Limpas", cujo objetivo é moralizar a campanha eleitoral neste País e esclarecer os cidadãos sobre o valor do voto, que não se trata de uma questão financeira. Caro leitor, seu voto não tem preço. Não vote em candidatos que já estão há muito tempo no poder. O candidato que, eleito por quatro anos, não cumprir com suas promessas de campanha eleitoral, deve ser banido da vida

política. Dois mandatos é muito para quem não fez nada no primeiro. Não negocie seu voto. Valorize seu voto. Abram os olhos! A legislação eleitoral proíbe que os eleitores recebam dos candidatos qualquer tipo de benefícios. Infelizmente, ainda existem eleitores que vendem seu voto, trocando por saca de cimento, telhas, madeiras, sacolas de rancho, tijolo, dinheiro etc. E não são poucos.

O professor Ricardo Caldas, da universidade de Brasília, aponta estimativa entre 15% e 20% da população que negocia o seu voto. Entendemos que o percentual é muito alto, considerando que são mais de 130 milhões de eleitores no país. Para Presidente do TSE, o ministro Ricardo Lewandowski, a lei da "Ficha Limpa" representa um importante avanço na moralização dos costumes políticos.

Segundo o referido jurista, "o voto de cada cidadão é muito importante; por isso é necessário que os eleitores tenham consciência de não venderem o voto, não trocá-lo por benesses para si ou para outrem. A lei da 'Ficha Limpa' não traz nenhuma sanção ou punição a candidatos. Ela simplesmente estabelece condições que ele (ou ela) deve



ter no momento do registro de sua candidatura. Um exemplo é que, quando nós formos fazer uma compra a crédito numa loja, se tivermos nosso nome no Serviço de Proteção ao Crédito também não podemos comprar, até regularizar a situação. Esta é a base da Ficha Limpa".

Concordamos com o ministro, pois quando nosso nome vai para o SERASA e/ou ao Serviço de Proteção ao Crédito ficamos impossibilitados de comprar a prazo e só podemos renovar o crédito quando sanarmos a dívida. Concluindo, podemos dizer, prezado eleitor, que o seu voto pode mudar o futuro deste País. Exatamente por isso não vote por votar. Não negocie seu voto. Seu voto pode ser um tesouro que servirá com outros a fazer de seu país, o seu Estado, melhores do que estão, com cidadãos mais felizes e serenos, mesmo na caminhada hu-

mana não sempre livre de imprevistos e desastres.

Para Dom Eurico dos Santos, da CNBB, seu voto poderá ser também uma bomba que destrói e arrasa com seus sonhos, travando o progresso, castigando o povo, piorando tudo; talvez enriquecendo poucos, às custas de todos. Por isso, seu voto não pode ser trocado por favor algum. Não há recompensa que possa pagar o valor do voto. Ele não tem preço. Mas digitando seu voto na urna eletrônica, você estará, querendo ou não, abrindo um futuro feliz ou desastroso para você mesmo, para sua família, para sua cidade, para o seu Município, para o seu Estado, para o seu País.

Pelo voto, você, no respeito aos outros e no segredo, aponta o rumo que quer imprimir ao seu País, ao seu Estado. Pelo voto, você delega quem cuidará dos serviços funda-

mentais e necessários ao seu Estado, ao seu País, administrando dinheiro público. Pelo voto, você aponta quem julga ser competente e honesto. Pelo voto, você se toma absolutamente igual a todos os demais cidadãos, pois o voto é um só e igual para todos no seu valor: o voto do analfabeto vale tanto quanto o do doutor; o voto do pobre como o do mais rico; o voto do simples como o do mais sábio e inteligente.

Pelo voto, você pode desmascarar e rejeitar as pessoas que nos decepcionam em administrações precedentes, marcadas pela corrupção; pelo disfarçado e sutil desvio dos recursos públicos em seu próprio favor ou de seus aliados. Pelo voto, você tem oportunidade de colocar pessoas mais íntegras e mais dignas de confiança na Prefeitura e nas câmaras Municipais. Você, caro eleitor, deve excluir de suas opções o critério da amizade, do parentesco, da gratidão, da simpatia ou antipatia e outros semelhantes. Deve usar unicamente a inteligência e o bom senso que Deus lhe deu na hora de decidir em quem votará. O voto deve recair sobre as pessoas conhecidas e reconhecidas como honestas, competentes. É preciso dar um basta à corrupção.

Rubens da Silva Castro é professor do Departamento de Administração e Planejamento da Faculdade de Educação da Ufam.

Para o sociólogo e filósofo Edgar Morin, “É preciso educar os educadores”

O sociólogo francês Edgar Morin retornou ao Brasil para conferência magna no evento Educação 360, que aconteceu no Rio de Janeiro, nos dias 05 e 06 de setembro, e que contou

com outros convidados como Pierre Lévy e Shukla Bose. Em entrevista ao O Globo, Morin criticou o modelo ocidental de ensino e disse que o professor tem uma missão social, por isso, “é preciso edu-

car os educadores”. Para ele, “Ensinamos apenas o aluno a ser um indivíduo adaptado à sociedade, mas ele também precisa se adaptar aos fatos e a si mesmo.” Confira!

Professor: Edgar Morin

Formação: Sociólogo, filósofo e Pesquisador emérito do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS)

Na sua opinião, como seria o modelo ideal de educação?

A figura do professor é determinante para a consolidação de um modelo “ideal” de educação. Através da Internet, os alunos podem ter acesso a todo o tipo de conhecimento sem a presença de um professor. Então eu pergunto, o que faz necessária a presença de um professor? Ele deve ser o regente da orquestra, observar o fluxo desses conhecimentos e elucidar as dúvidas dos alunos. Por exemplo, quando um professor passa uma lição a um aluno, que vai buscar uma resposta na Internet, ele deve posteriormente corrigir os erros cometidos, criticar o conteúdo pesquisado. É preciso desenvolver o senso crítico dos alunos. O papel do professor precisa passar por uma transformação, já que a criança não aprende apenas com os amigos, a família, a escola. Outro ponto importante: é necessário criar meios de transmissão do conhecimento a serviço da curiosidade dos alunos. O modelo de educação, sobretudo, não pode ignorar a curiosidade das crianças.

Quais são os maiores problemas do modelo de ensino atual?

O modelo de ensino que foi instituído nos países ocidentais é aquele que separa os conhecimentos artificialmente através das disciplinas. E não é o que vemos na natureza. No caso de animais e vegetais, vamos notar que todos os conhecimentos são interligados. E a escola não ensina o que é o conhecimento, ele é apenas

transmitido pelos educadores, o que é um reducionismo. O conhecimento complexo evita o erro, que é cometido, por exemplo, quando um aluno escolhe mal a sua carreira. Por isso eu digo que a educação precisa fornecer subsídios ao ser humano, que precisa lutar contra o erro e a ilusão.

O senhor pode explicar melhor esse conceito de conhecimento?

Vamos pensar em um conhecimento mais simples, a nossa percepção visual. Eu vejo as pessoas que estão comigo, essa visão é uma percepção da realidade, que é uma tradução de todos



Literatura e artes não podem ser tratadas no currículo escolar como conhecimento secundário



os estímulos que chegam à nossa retina. Por que essa visão é uma fotografia? As pessoas que estão longe são pequenas, e vice-versa. E essa visão é reconstruída de forma a reconhecermos essa alteração da realidade, já que todas as pessoas apresentam um tamanho similar.

Todo conhecimento é uma tradução, que é seguido de uma reconstrução, e ambos os processos oferecem o risco do erro. Existe outro ponto vital que não é abordado pelo ensino: a compreensão humana. O grande problema da humanidade é que todos nós somos idênticos e diferentes, e precisamos lidar com essas duas ideias que não são compatíveis. A crise no ensino surge por conta da ausência dessas matérias que são importantes ao viver. Ensinamos apenas o aluno a ser um indivíduo adaptado à sociedade, mas ele também precisa se adaptar aos fatos e a si mesmo.

O que é a transdisciplinaridade, que defende a unidade do conhecimento?

As disciplinas fechadas impedem a compreensão dos problemas do mundo. A transdisciplinaridade, na minha opinião, é o que possibilita, através das disciplinas, a transmissão de uma visão de mundo mais complexa. O meu livro “O homem e a morte” é tipicamente transdisciplinar, pois busco entender as diferentes reações humanas diante

da morte através dos conhecimentos da pré-história, da psicologia, da religião. Eu precisei fazer uma viagem por todas as doenças sociais e humanas, e recorri aos saberes de áreas do conhecimento, como psicanálise e biologia.

Como a associação entre a razão e a afetividade pode ser aplicada no sistema educacional?

É preciso estabelecer um jogo dialético entre razão e emoção. Descobriu-se que a razão pura não existe. Um matemático precisa ter paixão pela matemática. Não podemos abandonar a razão, o sentimento deve ser submetido a um controle racional. O economista, muitas vezes, só trabalha através do cálculo, que é um complemento cego ao sentimento humano. Ao não levar em consideração as emoções dos seres humanos, um economista opera apenas cálculos cegos. Essa postura explica em boa parte a crise econômica que a Europa está vivendo atualmente.

A literatura e as artes deveriam ocupar mais espaço no currículo das escolas? Por quê?

Para se conhecer o ser humano, é preciso estudar áreas do conhecimento como as ciências sociais, a biologia, a psicologia. Mas a literatura e as artes também são um meio de conhecimento. Os romances retratam o indivíduo na sociedade, seja por meio de Balzac ou Dostoiévski, e transmitem conhecimentos sobre sentimentos, paixões e contradições humanas. A poesia é também importante, nos ajuda a reconhecer e a viver a qualidade poética da vida. As grandes obras de arte, como a música de Beethoven, desenvolvem em nós um sentimento vital, que é a emoção estética, que nos possibilita reconhecer a beleza, a bondade e a harmonia. Literatura e artes não podem ser tratadas no currículo escolar como conhecimento secundário.

Qual a sua opinião sobre o sistema brasileiro de ensino?

O Brasil é um país extremamente aberto a minhas ideias pedagógicas. Mas, a revolução do seu sistema educacional vai passar pela reforma na formação dos seus educadores. É preciso educar os educadores. Os professores precisam sair de suas disciplinas para dialogar com outros campos de conhecimento. E essa evolução ainda não aconteceu. O professor possui uma missão social, e tanto a opinião pública como o cidadão precisam ter a consciência dessa missão.

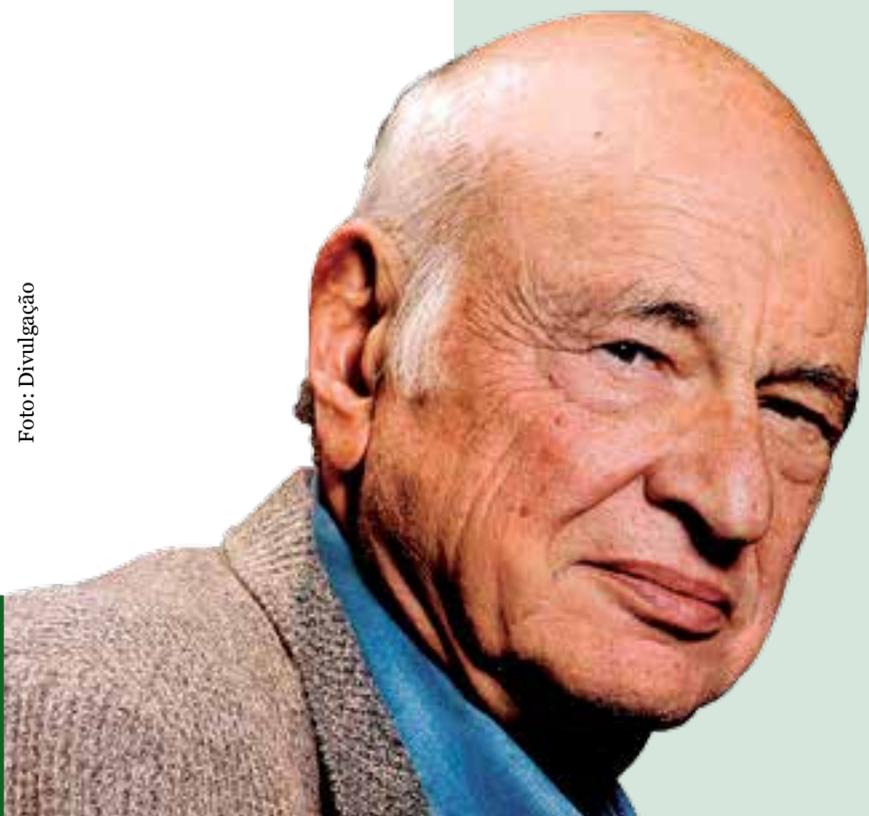


Foto: Divulgação

Demonstrativo mensal das receitas e despesas de 02/06/2014 a 30/06/2014

		MÊS ANT.	MÊS ATUAL	% MÊS AT.
1	INGRESSOS	66.483,15	66.319,99	100,00%
1.1	RECEITAS	66.483,15	66.319,99	100,00%
1.1.1	Contribuição dos Associados	66.163,10	66.090,70	99,65%
1.1.2	Rendimento da Aplicação Financeira	203,15	191,79	0,29%
1.1.3	Receitas com Reprografia	116,90	37,50	0,06%
2	SAÍDAS	52.423,49	48.239,25	100,00%
2.1	PESSOAL	13.107,14	14.262,87	29,57%
2.1.1	Salários	10.895,14	9.326,92	19,33%
2.1.2	Férias	-	2.723,95	5,65%
2.1.3	Vale Transportes/Alimentação	2.212,00	2.212,00	4,59%
2.2	ENCARGOS SOCIAIS/IMPOSTOS	5.177,50	6.187,93	12,83%
2.2.1	Contribuição INSS	3.845,65	4.450,67	9,23%
2.2.2	Contribuição FGTS	878,50	1.016,21	2,11%
2.2.3	PIS Folha de Pagamento	109,81	236,84	0,49%
2.2.4	IRRF s/Férias e Salários	343,54	484,21	1,00%
2.3	SERVIÇOS PRESTADOS - PESSOA FISICA	5.096,00	4.126,00	8,55%
2.3.1	Serviços de Manutenção de Equip.de Informatica	1.476,00	1.186,00	2,46%
2.3.2	Serviços de Diagramação de Material Impresso	800,00	800,00	1,66%
2.3.3	Serviços de Assessoria Jurídica	1.500,00	1.500,00	3,11%
2.3.4	Serviços de Confecção/Faixas/Cartazes	420,00	-	0,00%
2.3.5	Serviços de Limpeza/Manutenção	900,00	640,00	1,33%
2.4	SERVIÇOS PRESTADOS - PESSOA JURIDICA	1.871,83	3.690,24	7,65%
2.4.1	Serviços de Confecção de Faixas	220,00	1.080,00	2,24%
2.4.2	Serviços de Manutenção de Xerox	-	972,00	2,02%
2.4.3	Serviços de Manutenção de Home Page	203,83	190,24	0,39%
2.4.4	Serviços Contábeis	1.448,00	1.448,00	3,00%
2.5	CONTRIBUIÇÃO ANDES - SINDICATO NACIONAL	15.463,44	15.446,41	32,02%
2.5.1	Contribuição ao Sindicato Nacional	13.133,36	13.118,88	27,20%
2.5.2	Contribuição Comando Nacional de Mobilização	228,75	228,50	0,47%
2.5.3	Contribuição Fundo de Solidariedade	525,33	524,76	1,09%
2.5.4	Contribuição Sindical Conlutas	1.576,00	1.574,27	3,26%
2.6	PASSAGENS, DIARIAS E HOSPEDAGENS	4.561,38	2.482,21	5,15%
2.6.1	Passagens Aereas/Terrestres	2.849,38	1.927,21	4,00%
2.6.2	Despesas com Hospedagens	372,00	555,00	1,15%
2.6.3	Diárias (Transportes/Alimentação)	1.340,00	-	0,00%
2.8	BENS DE CONSUMO	6.886,18	1.893,27	3,92%
2.8.1	Telefone	476,34	590,19	1,22%
2.8.2	Correios/Malotes	659,47	-	0,00%
2.8.3	Taxi, Fretes e Onibus	149,50	-	0,00%
2.8.4	Combustível	350,00	200,00	0,41%
2.8.5	Cartório (Copias e Autenticações)	8,10	-	0,00%
2.8.6	Material de Expediente/Limpeza	907,51	779,00	1,61%
2.8.7	Refeições e Lanches (Copa/Cozinha)	245,28	220,79	0,46%
2.8.8	Materiais Hidraulicos/Eletricos	68,00	-	0,00%
2.8.9	Despesas com Eventos	695,46	-	0,00%
2.8.10	Despesas com Floricultura	200,00	-	0,00%
2.8.11	Despesas com Paralisação Nacional	402,66	-	0,00%
2.8.12	Despesas com Eleições	2.622,60	-	0,00%
2.8.13	Assinatura Provedor/Internet/Revistas	101,26	103,29	0,21%
2.9	RESTITUIÇÕES DE CONTRIB.ASSOCIADOS DESLIGADOS	-	102,00	0,21%
2.9.1	Restituições n/mês	-	102,00	0,21%
2.10	ENCARGOS FINANCEIROS	260,02	48,32	0,10%
2.10.1	Despesas Bancarias/Juros e Multa	36,00	48,32	0,10%
2.10.2	IRRF s/Aplicações Financeiras	224,02	-	0,00%
QUADRO RESUMO				
SALDO ANTERIOR		63.159,58	77.219,24	
RECEITAS		66.483,15	66.319,99	
DESPESAS		(52.423,49)	(48.239,25)	
RESULTADO OPERACIONAL		77.219,24	95.299,98	
Banco do Brasil S/A C/C		162.106,53	180.057,77	
Aplicação Banco do Brasil		28.945,94	29.137,73	
CAIXA		64,48	2,19	
SALDO ATUAL DISPONIVEL		191.116,95	209.197,69	

Demonstrativo mensal das receitas e despesas de 01/07/2014 a 31/07/2014

		MÊS ANT.	MÊS ATUAL	% MÊS AT.
1	INGRESSOS	66.319,99	68.608,34	100,00%
1.1	RECEITAS	66.319,99	68.608,34	100,00%
1.1.1	Contribuição dos Associados	66.090,70	66.742,30	97,28%
1.1.2	Restituição de Passagem Aerea/Prof.Belizaro	-	1.580,00	2,30%
1.1.3	Rendimento da Aplicação Financeira	191,79	223,84	0,33%
1.1.4	Receitas com Reprografia	37,50	62,20	0,09%
2	SAÍDAS	48.239,25	49.807,70	100,00%
2.1	PESSOAL	14.262,87	9.301,49	18,67%
2.1.1	Salários	9.326,92	7.642,49	15,34%
2.1.2	Férias	2.723,95	-	0,00%
2.1.3	Vale Transportes/Alimentação	2.212,00	1.659,00	3,33%
2.2	ENCARGOS SOCIAIS/IMPOSTOS	6.187,93	5.118,30	10,28%
2.2.1	Contribuição INSS	4.450,67	3.793,32	7,62%
2.2.2	Contribuição FGTS	1.016,21	861,18	1,73%
2.2.3	PIS Folha de Pagamento	236,84	107,65	0,22%
2.2.4	IRRF s/Férias e Salários	484,21	356,15	0,72%
2.3	SERVIÇOS PRESTADOS - PESSOA FISICA	4.126,00	7.706,14	15,47%
2.3.1	Serviços de Manutenção de Equip.de Informatica	1.186,00	1.236,00	2,48%
2.3.2	Serviços de Diagramação de Material Impresso	800,00	800,00	1,61%
2.3.3	Serviços de Assessoria Jurídica	1.500,00	1.500,00	3,01%
2.3.4	Serviços de Confecção/Faixas/Cartazes	-	210,00	0,42%
2.3.5	Serviços Administrativos	-	2.900,14	5,82%
2.3.6	Serviços de Limpeza/Manutenção	640,00	1.060,00	2,13%
2.4	SERVIÇOS PRESTADOS - PESSOA JURIDICA	3.690,24	4.963,24	9,96%
2.4.1	Serviços Graficos	-	3.300,00	6,63%
2.4.2	Serviços de Confecção de Faixas	1.080,00	-	0,00%
2.4.3	Serviços de Manutenção de Xerox	972,00	-	0,00%
2.4.4	Serviços de Manutenção de Home Page	190,24	215,24	0,43%
2.4.5	Serviços Contábeis	1.448,00	1.448,00	2,91%
2.5	CONTRIBUIÇÃO ANDES - SINDICATO NACIONAL	15.446,41	15.616,37	31,35%
2.5.1	Contribuição ao Sindicato Nacional	13.118,88	13.263,18	26,63%
2.5.2	Contribuição Comando Nacional de Mobilização	228,50	231,00	0,46%
2.5.3	Contribuição Fundo de Solidariedade	524,76	530,55	1,07%
2.5.4	Contribuição Sindical Conlutas	1.574,27	1.591,64	3,20%
2.6	PASSAGENS, DIARIAS E HOSPEDAGENS	2.482,21	3.445,42	6,92%
2.6.1	Passagens Aereas/Terrestres	1.927,21	235,90	0,47%
2.6.2	Despesas com Hospedagens	555,00	2.969,52	5,96%
2.6.3	Diárias (Transportes/Alimentação)	-	240,00	0,48%
2.8	BENS DE CONSUMO	1.893,27	3.612,64	7,25%
2.8.1	Telefone	590,19	465,42	0,93%
2.8.2	Correios/Malotes	-	505,70	1,02%
2.8.3	Taxi, Fretes e Onibus	-	158,50	0,32%
2.8.4	Combustível	200,00	250,00	0,50%
2.8.5	Cartório (Copias e Autenticações)	-	32,48	0,07%
2.8.6	Material de Expediente/Limpeza	779,00	370,50	0,74%
2.8.7	Refeições e Lanches (Copa/Cozinha)	220,79	155,14	0,31%
2.8.8	Materiais Hidraulicos/Eletricos	-	18,00	0,04%
2.8.9	Despesas com Eventos	-	1.538,97	3,09%
2.8.10	Assinatura Provedor/Internet/Revistas	103,29	117,93	0,24%
2.9	RESTITUIÇÕES DE CONTRIB.ASSOCIADOS DESLIGADOS	102,00	-	0,00%
2.9.1	Restituições n/mês	102,00	-	0,00%
2.10	ENCARGOS FINANCEIROS	48,32	44,10	0,09%
2.10.1	Despesas Bancarias/Juros e Multa	48,32	44,10	0,09%
QUADRO RESUMO				
SALDO ANTERIOR		95.299,98	113.380,72	
RECEITAS		66.319,99	68.608,34	
DESPESAS		(48.239,25)	(49.807,70)	
RESULTADO OPERACIONAL		113.380,72	132.181,36	
Banco do Brasil S/A C/C		180.057,77	196.878,33	
Aplicação Banco do Brasil		29.137,73	29.361,57	
CAIXA		2,19	178,43	
SALDO ATUAL DISPONIVEL		209.197,69	226.418,33	

■ Adaptação

Vozes da Ufam dá nova versão ao musical “Dessana, Dessana”

Regida pelo maestro e diretor do Centro de Artes da Universidade Federal do Amazonas (CAUA), professor Adelson Santos, a Orquestra Vozes da Ufam apresentou, em setembro, uma releitura do musical ‘Dessana, Dessana’, de Aldísio Figueiras e Marcio Souza.

Com partituras composta por Adelson Santos, o musical une música e dança para contar a história da criação do mundo na visão do povo Dessana. Com apoio dos professores Sérgio Feliciano e Zacarias Fernandes, o musical conta com repertório de 17 músicas.

O espetáculo se desenvolve a partir disso e também aborda quando o homem branco entrou no processo de exploração, por meio da escravidão indígena. “Ensaíamos para valer, há duas semanas. Já temos seis músicas

prontas e, agora, estamos trabalhando para fechar o restante”, revelou o professor.

O espetáculo é um clássico da produção teatral e musical amazonense. “A primeira apresentação ocorreu em 1975, no Teatro Amazonas, e a segunda, no Festival de Ópera, em 2005. Trata-se de uma montagem que já tem história. O texto é lindíssimo, tem uma formação muito profunda, filosófica e poética, e é uma grande obra da nossa produção cultural local. Agora é a vez desta orquestra que está ensaiando para apresentá-la no Serviço Social do Comércio (Sesc)”, disse.

Criada em 2008, a Orquestra Vozes da Ufam é formada por 42 músicos, entre vozes, maestro e instrumentistas que tocam teclado, guitarra, contrabaixo, bateria, percussão, trombone, clarinete e flauta.



O musical conta com repertório de 17 músicas e conta a história da criação do mundo

Vale a pena ver

Título Original: O Doador de Memórias
Gênero: Drama
País de Origem: EUA
Ano: 2014

Embora publicado no início da década de 90, O Doador de Memórias é prejudicado, de certa forma, por chegar aos cinemas depois de uma enxurrada de outros títulos que buscam o público “Young Adult” (Jogos Vorazes, Divergente, etc). Se sua abordagem narrativa e sua trama podiam soar instigantes e relativamente novas em 1993, somadas àquelas adotadas por seus sucessores acabam criando apenas a imagem de um grupo de autores que leram 1984 e Admirável Mundo Novo e enxugaram os temas para facilitar sua assimilação: há o/a Escolhido(a), uma distopia na qual o coletivo sufoca a individualidade e, claro, a ideia de que o/a protagonista é a única pessoa capaz de derrubar o Sistema e permitir que o Eu ganhe mais espaço que a Comuna.

Não que isto impeça O Doador de Memórias (ou seus primos) de ser um bom filme – e, de modo geral, este trabalho roteirizado por Michael Mitnick e Robert B. Weide a partir do livro de Lois Lowry é suficientemente envolvente para representar um passatempo eficiente (mesmo que facilmente esquecível). Trazendo um mundo futurista no qual o sexo foi abandonado como modo de reprodução, passando ao Estado a responsabilidade de gerar novos indivíduos (cof-Aldous Huxley-cof), o longa passa a acompanhar o jovem Jonas (Thwaites), que está prestes a receber da Anciã-Chefe (Streep) a função que exercerá ao longo da vida. Para sua surpresa, porém, ele é anunciando como o novo Recebedor de Memórias, passando a frequentar a casa do isolado Doador do título (Bridges) – que, para preocupação geral, falhou durante o treinamento da aprendiz anterior (Swift).

Apresentando ao espectador um mundo visualmente intrigante, O Doador de Memórias é bem mais rico em seu design de produção (obra do veterano Ed Verreux) do que em sua história, mergulhando a narrativa numa cidade que surge como uma ilha aparentemente flutuante em meio a nuvens e cujos edifícios sempre em linhas retas remetem

à mentalidade de zelo por disciplina que rege aquela sociedade – e, assim, é perfeito que a casa do Doador seja a única a trazer, em sua vasta biblioteca, curvas nas prateleiras e padrões circulares no assoalho, indicando a mesma natureza rebelde já sugerida pelos cabelos despenhados de Jeff Bridges e por suas roupas que fogem dos padrões daquelas usadas pelos demais.

Enquanto isso, a fotografia de Ross Emery ajuda a traçar a evolução do protagonista ao conceber seu universo em tons de cinza que vão sendo pincelados aos poucos por cores a princípio dessaturadas e que se tornam gradualmente mais intensas. Em contrapartida, se este conceito funciona maravilhosamente como metáfora, torna-se inevitavelmente estúpido quando percebemos que é também uma representação literal da visão dos personagens, que, de alguma forma, realmente tiveram sua capacidade de enxergar cores removida pelo governo. Para finalizar, o conceito que envolve o clima (que, sem me entregar a spoilers, envolve um efeito provocado ao se cruzar uma fronteira) é tolo e jamais explicado apropriadamente pelo roteiro.

Não que este seja o único problema da adaptação de Weide e Mitnick: é frustrante, por exemplo, perceber tropeços primários como perceber a personagem de Katie Holmes afirmando que “não se discute” o incidente envolvendo a Recebedora de Memórias anterior quando, na realidade, foi ela mesma quem tocou no assunto inicialmente. Além disso, a narração em off – como normalmente acontece – mostra-se excessiva e dispensável na maior parte do tempo, ao passo que, como já apontado, a mensagem do longa soa simplista e, como tal, relativamente nociva se levada a sério (o que, felizmente, nem o próprio filme parece fazer).

Pablo Villaça é crítico cinematográfico, editor e criador do site Cinema em Cena, o mais antigo site de cinema no Brasil, e professor de Linguagem & Crítica Cinematográficas. Leia a resenha na íntegra no site Cinema Em Cena (www.cinemaemcena.com.br/plus/modulos/filme/ver.php?cdfilme=1612).



Vale a pena ler

Livro: Letramento Indígena Potiguara
Editora: Valer
Autor: Hellen Cristina Picanço e Regina Celi Mendes Pereira
Nº de páginas: 164
Valor: R\$ 35,00

O livro da Professora Hellen Simas em parceria com a Professora Regina Celi Mendes Pereira é prefaciado pela Professora Terezinha Maher, do Departamento de Linguística Aplicada do Instituto de Estudos Linguísticos da UNICAMP, que indica a importância da referida publicação por tratar da educação linguística dos povos indígenas brasileiros, pouco pesquisada no país, e porque os Potiguara se constituem no único povo indígena remanescente no Estado da Paraíba. O capítulo Os Potiguara da Paraíba realiza o histórico desse povo baseado nos estudos de F. Moonem e L. Maia, respaldados pelos documentos sobre os primeiros contatos do colonizador com os povos indígenas nas terras que o europeu chamou de Brasil. De certa forma, esse capítulo funciona como uma espécie de reportagem sobre os Potiguara, focalizada nas primeiras notícias sobre esse povo, seguida da informação de seu modo de vida na atualidade. No capítulo Caracterização da Educação Escolar Indígena, as autoras relembram a importância do saber dos velhos, a construção da identidade inter-relacionada com a ancestralidade e a ligação dos sonhos com a realidade na cultura potiguara para ressaltar que a educação escolar não indígena imposta nas comunidades indígenas impõe outro modo de viver que marginaliza duplamente os in-

dígenas, pois tanto a sociedade englobante não considera o indígena um de seus membros apesar de ele ter recebido instrução sobre o funcionamento das instituições daquela, quanto a comunidade indígena passa a não mais o considerar um de seus membros, porque ele assimilou e passou a agir segundo a outra cultura. Nos capítulos A educação Escolar Potiguara e Letramento Potiguara, as autoras concentram a investigação sobre o corpo docente da Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Guilherme da Silveira, em questões relativas ao projeto e práticas didático-pedagógicas. Realizam a pesquisa qualitativa que as possibilita diagnosticar o grau de sintonia entre o que os Potiguara desejam que seja a escola indígena, o que prescreve o Referencial Curricular Nacional para a Educação Indígena (RCNEI) e o que os professores indígenas e não indígenas da escola Potiguara acima citada realizam em sala de aula, para, em seguida, sugerir possíveis soluções de redimensionamento em busca de tal arranjo. Da leitura de Letramento Indígena Potiguara, de Hellen Simas e Regina Pereira, fica-nos a certeza de que a discussão sobre a construção do conhecimento por meio da educação indígena e com base na inter e multiculturalidade está apenas começando, conforme as mesmas autoras esclarecem.

Rita do Perpétuo Socorro Barbosa de Oliveira é professora doutora do Departamento de Letras e Literatura Portuguesa da Ufam.



Dicas da web

Aplicativo grátis permite ao usuário pesquisar músicas

O Soundtracking (itunes.apple.com/br/app/soundtracking/id414323798?mt=8) é um aplicativo voltado para fãs de música. É como um Instagram das canções. Nele, o usuário cria um perfil em uma rede social e pode compartilhar trechos das faixas que mais gosta com os amigos. É possível procurar as músicas online, ver o que está sendo ouvido perto do usuário ou fazer upload de arquivos da memória do celular. Uma das evoluções do app é oferecer ao usuário a seção "Trending



Nearby", que descobre as tendências musicais em sua volta.

Ferramenta faz faxina em celular

O Cleanmaster (play.google.com/store/apps/details?id=com.cleanmaster.mguard&hl=pt_BR) é um aplicativo gratuito para segurança e privacidade para o Android, que tem como principal função limpar rastros e arquivos inutilizados que ficam apenas ocupando espaço no seu celular. Com uma interface limpa, o app apresenta quatro ícones na tela principal. O primeiro, "Cache", efetua um escaneamento em seu aparelho para deletar cache e dados de privacidade de aplicativos que



usem senha, além de histórico de navegação online.

Comentários



Júlio Calazanz – Venham também discutir educação!! (sobre a Etapa Amazonas do Encontro Nacional de Educação)

Djanise Braga – Construir alternativa ao PNE-privatista do governo! (sobre a Etapa Amazonas do Encontro Nacional de Educação)



Aidenor Ferreira – Eu tô aí querendo uma vaga, mas não me dão rrsr, Brincadeira à parte, o que parece é que há uma política populista que promete vagas para todo mundo nas Universidades, mas sem dar garantias reais para que isso realmente aconteça de forma eficiente e com qualidade. (sobre o aumento no número de alunos por professor)

Marcelo Vallina – É preciso destacar que a Assessoria de Comunicação da UFAM, manipulou o que aconteceu na Audiência Pública ou só participou durante 10 segundos. Foram 4 horas de debate ou 240 minutos ou 14.400 segundos e a fala, lamentável do advogado da OAB, durou não mais de 10 segundos (exagerando) o que representa 0,0694% da Audiência. É triste e lamentável que além de (des)informada a Assessoria de Comunicação da UFAM tenha tido uma visão tão pobre de 4 horas de debate. A VEJA começou a fazer escola. (sobre a Nota de Esclarecimento da Adua a respeito da Audiência Pública "Assédio Moral no Serviço Público")



Josenildo Souza – Todos que participaram e os que por diversos motivos que não se fizeram presentes estão de parabéns. Novos desdobramentos. (sobre a Audiência Pública "Assédio Moral no Serviço Público")

Luiz Carlos Martins – Já estão tapando os buracos e as montanhas que se formam com aquele asfalto vagabundo e inadequado pra região? Já pensaram em educar os motoristas? Às vezes eu me pergunto como é que a "elite" intelectual do Amazonas faz o que faz no trânsito dentro da UFAM, com a mesma falta de educação que a gente vê no cotidiano da cidade. Falta de conhecimento é que não é. (sobre Acidente de trânsito na Ufam que deixou quatro estudantes feridos)



Vanu Maria – Isso porque a estrada do campus da UFAM tem como limite 40km/h. Povo corre mesmo, ultrapassa mesmo, dia e noite, como se não existissem buracos na pista e estivessem disputando uma prova de Fórmula 1. Não tem aviso que dê jeito em falta de educação e imprudência. (sobre Acidente de trânsito na Ufam que deixou quatro estudantes feridos)

boas lições



MPF/AM investiga Suframa por irregularidades em concessão de isenção

O Ministério Público Federal no Amazonas (MPF/AM) instaurou um inquérito civil público para apurar as irregularidades e responsabilidades na concessão de incentivos fiscais a empresas do Polo Industrial de Manaus que não realizam investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D), como contrapartida, conforme é previsto em lei. Auditoria da Controladoria-Geral da União (CGU) identificou deficiências no controle da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) quanto aos investimentos devidos pelas empresas e omissão quanto às penalidades que deveriam ser aplicadas.

De acordo com a Lei de Informática (Lei nº 8.387/91), as empresas que produzem bens de informática têm direito a grande redução em impostos desde que apliquem, anualmente, no mínimo 5% do seu fatura-

mento bruto em atividades de pesquisa e desenvolvimento a serem realizadas na região, conforme projeto elaborado pelas próprias empresas, com base em proposta a ser apresentada à Suframa e ao Ministério da Ciência e Tecnologia.

O Tribunal de Contas da União (TCU), em auditoria operacional, constatou que a Suframa não audita os procedimentos contábeis que definem a base de cálculo do percentual a ser aplicado em P&D e que a fiscalização, por parte da superintendência, do convênio entre empresa e instituto de pesquisa se dá apenas no aspecto documental e somente após a execução do convênio.

Também foi constatado pelo TCU que as atividades de P&D não são avaliadas por meio de indicadores de resultado formalmente instituídos e que não há prazo definido por nor-

ma para a Suframa analisar os relatórios demonstrativos. A ausência de aplicação da penalidades às empresas que não cumprem a exigência legal para a isenção, conforme concluiu o tribunal, resulta em risco de concessão de benefícios fiscais indevidos. Em acórdão, o TCU recomendou que a Suframa adotasse cinco medidas, incluindo o aperfeiçoamento do sistema de acompanhamento e gestão da Lei de Informática. A CGU também recomendou outras 11 medidas à superintendência, em razão dos problemas identificados. MPF/AM instaurou ainda inquérito civil público para apurar irregularidades na conduta da Suframa e da Amazonas Energia em relação à utilização de áreas de propriedade da superintendência para a construção da interligação Tucuruí/Manaus, o Linhão de Tucuruí.